

Construindo uma identidade profissional a partir do estágio de psicologia: um relato de experiência em um Grupo de Trabalho Interinstitucional da Promoção da Equidade

Manoela Coimbra de Medeiros
Cristina Tosi Avila
Bruna Larissa Seibel

Resumo: O presente artigo trata de um relato de experiência que tem por objetivo elucidar a importância de um grupo de trabalho interdisciplinar para a construção profissional de uma estagiária de Psicologia, durante sua vivência de estágio profissional no segundo semestre do ano de 2018. As profissionais de saúde envolvidas na construção do Grupo de Trabalho Interinstitucional da Promoção de Equidade de Cachoeirinha reforçam a necessidade de se acharem maneiras inovadoras dentro dos serviços para a efetiva prática dos princípios que norteiam o Sistema Único de Saúde. Destaca-se, dentre esses princípios, o da equidade, que propõe se pensar as usuárias nas suas singularidades para que os atendimentos sejam o mais eficazes possíveis e as contemplem de forma biopsicossocial. Pode-se concluir que estar inserida no desenvolvimento do grupo e das atividades propostas pelo mesmo é uma experiência que amplia o horizonte do fazer Psicologia, que por muitas vezes durante a graduação pode parecer limitado em virtude de uma grade curricular, que apesar ampliação do campo de trabalho nos últimos anos, ainda está limitada e focada na prática clínica. É necessário cada vez mais trazer incômodos e o tensionamento de que os espaços de ensino devem se aproximar mais dos exercícios contemporâneos dentro da categoria que têm cada vez mais se diversificado.

Palavras-chave: Grupos de trabalho; Promoção de equidade; Zero discriminação.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de um relato de experiência que tem por objetivo elucidar a importância de um grupo de trabalho interdisciplinar para a construção profissional de uma estagiária de Psicologia, durante sua vivência de estágio profissional no segundo semestre do ano de

2018. O motivo da escolha dessa experiência para vir a ser relatada para a disciplina de Estágio Básico I, foi trazer a importância de profissionais da saúde pública sempre estarem repensando suas práticas e quais estratégias podem utilizar para a melhora dos serviços prestados à população, como também mostrar a importância de articular-se com outras instituições para ampliar o campo de visão e as ferramentas disponíveis para trabalho.

Os grupos de trabalhos são dispositivos amplamente usados nas organizações de saúde, no âmbito nacional em todos os níveis de estado, e sua eficácia possui grande reconhecimento, pode-se considerar que “ a constituição do GTI resulta da necessidade de aperfeiçoamento das rotinas” (Ministério do Desenvolvimento Social, 2017, p.8), configurando-se assim como espaço de debate, troca de experiência e pontos de vista, crítica e reflexão. A autora passou a ser membro do Grupo de Trabalho Interinstitucional Municipal (GTI-M) da Promoção da Equidade de Cachoeirinha/RS a partir de seu ingresso como estagiária profissional de Psicologia no Serviço de Atendimento Especializado (SAE), do mesmo município, que é uma “unidade ambulatorial voltada a atenção integral às pessoas com DST/HIV/Aids” (Ministério da Saúde, 2013, p.2) do serviço público de saúde, que conforme recomendação do Ministério da Saúde devem possuir uma equipe multiprofissional que oferte o serviço de Psicologia.

Para um melhor entendimento do trabalho do GTI-M da Promoção de Equidade é importante trazer o entendimento do que é o Grupo Temático Ampliado das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e seu projeto “Zero Discriminação”. A UNAIDS é uma proposta da Organização das Nações Unidas (ONU) que nasce em 1994 e efetivamente inicia suas atividades em 1996, possuindo representações de onze de suas agências (ACNUR, UNICEF, PMA, PNUD, UNFPA, UNODC, ONU Mulheres, OIT, UNESCO, OMS), de 22 governos, parceiros internacionais, sociedade civil e setor privado. No Brasil possui representatividade desde os anos 2000 em Brasília/DF (<https://nacoesunidas.org/agencia/un aids/>). Se forma como uma resposta multissetorial à alta complexidade da epidemia do HIV/AIDS, auxiliando diversos países na construção de ações de promoção e prevenção, não só do tratamento específico ou de saúde, mas de combate à discriminação e estigmas que estão envolvidos na dinâmica do HIV/AIDS. Desse entendimento mais complexo é lançada mundialmente em 2013 a campanha Zero Discriminação que pretende estabelecer-se como um dispositivo na luta contra quaisquer tipos de preconceitos pensando-se em vários níveis de recortes (https://un aids.org.br/zero_discriminacao/). Pensando-se que nenhum dos seguintes aspectos deve ser passível de estigma:

Idade, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência, raça, etnia, idioma, saúde— incluindo estado sorológico positivo para o HIV—, localização geográfica, situação econômica ou de

migração, ou por qualquer outro motivo. O Dia Mundial de Zero Discriminação, celebrado globalmente no dia 1º de março, é uma oportunidade para destacar como todas as pessoas podem fazer parte da transformação e se posicionar em favor de uma sociedade mais justa (https://unaid.org.br/zero_discriminacao/).

Por fim, cabe trazer breves apontamentos sobre o trabalho da Psicologia com grupos para mostrar a importância desse tipo de prática durante os estágios, qualificando assim a formação profissional. O trabalho de grupos é identificado na literatura desde o início do século XX. Em 1905 J. Pratt cria as “classes coletivas” onde dava aulas sobre higiene e problemas da tuberculose para seus pacientes, logo em seguida em 1910 Jacob Levy Moreno já começava a trabalhar com grupo sendo que é de autoria desse médico a expressão “terapia de grupo” criada em 1930. O autor Kurt Lewin, criador do termo “dinâmica de grupo” começa seu trabalho em 1936 de integrar as ciências sociais aos grupos. Outros autores também são destacados, como Pichon Rivière com os grupos operativos, Maxwell Jones com as comunidades terapêuticas, Frederik Perls com a gestaltterapia, Freud com a psicodinâmica dos grupos e Bion com diversos conceitos da dinâmica grupal. (Zimmerman, 2007, p.69-74).

Diversos autores da Psicologia ao longo dos anos trazem práticas distintas nesse campo. Osório (2008) destaca algumas abordagens psicológicas que analisam de forma diversa as práticas grupais, a teoria sistêmica que foca nos processos interativos, a cibernética que trabalha com feedbacks e retroalimentação, a teoria gestáltica que pensa todos fazendo parte de um todo integrado. Assim, pode-se pensar que o trabalho com grupos beneficia a integração do sujeito com seu contexto, no momento que pensa como esse interage e se comunica com o meio e as formas de potencializar essa relação de sujeito-contexto (grupo). Vive-se em sociedade, e limitar o trabalho em terapia apenas aos processos individuais talvez não seja o mais eficaz, ao encontro dessa afirmativa, podemos citar os autores Lemos & Cavalcante (2009) que ao analisar o trabalho em grupos na saúde mental afirmam que esse:

“vem sendo o grande meio pelo qual os psicólogos têm facilitado a inclusão dos sujeitos no mundo, que não se restringe ao subjetivo, embora o constitua e seja por ele constituído. Em uma nova saúde, buscam-se as amplas e heterogêneas relações, muito mais curativas [...]” (p.235).

1.1 A CONSTRUÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO, BREVE HISTÓRICO

Em novembro de 2014 a partir de inquietações e uma constatação da equipe do SAE a respeito da influência do preconceito e discriminação na adesão e procura ao tratamento do

HIV/AIDS as participantes que futuramente fundariam o GTI-M começam a se articular, realizou-se então o I Seminário: Panorama Atual das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), HIV/AIDS, Hepatites Virais e Tuberculose no Município de Cachoeirinha: Conceitos e Preconceitos. A preocupação da equipe em falar sobre a estigmatização e discriminação envolvendo o tema e os obstáculos que eles acarretam para a prevenção, tratamento e cuidado é uma problematização que diversos estudos a respeito de pessoas vivendo com HIV/AIDS (PVHA) levantam há anos (UNAIDS, 2018). É consenso que os preconceitos envolvendo ser portador do vírus HIV ou viver com a doença AIDS impactam diretamente na adesão ao tratamento e acesso das usuárias aos serviços, “o estigma e a discriminação associados à Aids frequentemente reforçam, portanto, a ordem social que mantém diferenças e desigualdades sociais pré-existentes como as produzidas pelo sexismo ou pelo racismo.” (Garrido et al., 2007, p.74). Também cabe destacar a responsabilidade das equipes, “o Ministério da Saúde frisa que a adesão é um processo colaborativo, de negociação entre usuário e profissionais de saúde e que visa fortalecer a autonomia para o autocuidado” (Camargo, Capitão & Filipe, 2014, p. 223).

No ano seguinte, em 2015, a Prefeitura de Cachoeirinha assina a Declaração de Paris, junto de outros 14 municípios signatários do estado do Rio Grande do Sul que assumiram o compromisso sob a coordenação dos Serviços Especializados para o controle das epidemias de HIV/AIDS e outras ISTs. Essa declaração foi criada em dezembro de 2014 pela UNAIDS com o propósito de que as cidades se comprometessem formalmente em acelerar sua resposta à epidemia do HIV/AIDS e possuindo as metas 90-90-90 até o ano de 2020, são essas: 90% das pessoas estimadas vivendo com HIV no município diagnosticadas, a partir disso 90% dessas pessoas recebendo tratamento e 90% dessas em tratamento com sua carga viral indetectável (UNAIDS, 2018). No mesmo ano é realizado um segundo seminário pelo SAE com o tema “Panorama sobre a epidemia de HIV/AIDS no RS e a importância da Linha de Cuidado para Pessoas Vivendo com HIV/AIDS e outras DST's” e a partir desse olhar para as linhas de cuidado o serviço em 2016 passa a redirecionar os processos e sua relação com a atenção básica do município.

O ano de 2017 torna-se um marco para o GTI-M, pois é o período de sua formalização, ele é formado por membros do SAE e da vigilância epidemiológica do município no mês de junho após participação de representantes da cidade no Seminário Estadual-Zero Discriminação ocorrido em março. No mesmo mês o grupo fecha parceria com a Faculdade Cesuca Inedi, instituição de ensino superior privada local, para a construção de projetos de pesquisas no município: “Promoção da Equidade da População LGBT - Avaliando acesso aos serviços de saúde” e “Promoção da Equidade

da População LGBT em Cachoeirinha-Rodas de Conversa” e logo em seguida em novembro já iniciam-se as rodas de conversa com o tema mercado de trabalho.

Em 19 de dezembro de 2017, após um percurso de ações e parcerias é instituído o decreto do GTI-M pela prefeitura municipal, possuindo formalmente a representação de diversos setores e instituições, tais como: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Governança e Gestão, Comitê Interfederativo da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, docência e discência da Faculdade Cesuca Inedi e sociedade civil. O grupo possui como eixo central a promoção da equidade, um dos princípios do SUS que deve nortear os serviços públicos de saúde, vindo ao encontro de problemáticas já levantadas na literatura de que pensam a evolução no entendimento as especificidades das usuárias “a ideia da existência de grupos de risco específicos (ex: homossexuais e usuários de drogas injetáveis) deu lugar à ideia de comportamentos de risco (ex: sexo desprotegido) e, posteriormente, à de vulnerabilidade” (Camargo, Capitão & Filipe, 2014, p. 221). O documento traz em seu terceiro artigo as competências atribuídas ao grupo, cabendo pontuá-las:

Art. 3º. Compete ao Grupo de Trabalho Interdisciplinar Municipal (GTI-M) da Política de Promoção da Equidade:

- I - Implementar as políticas de promoção da equidade;
- II - Identificar as necessidades da população Negra, LGBT, Situação de Rua e demais grupos vulneráveis;
- III- Promover a inclusão desta política no Plano Municipal de Saúde em consonância com as realidades e demandas locais;
- IV - Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação da gestão e do impacto da política de promoção da equidade na esfera municipal do SUS;
- V - Articular com os outros setores de políticas sociais, incluindo instituições governamentais com vistas a contribuir no processo de melhoria das condições de vida;
- VI - Incluir os conteúdos da população vulneráveis com recortes étnico-raciais e de gênero no processo de educação permanente para os trabalhadores da saúde;
- VII - Apoiar a participação social de movimentos sociais;(Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, 2017).

Após sua implementação na cidade o grupo organizou no primeiro semestre de 2018 o primeiro Seminário Municipal Zero Discriminação em parceria com UNAIDS e Secretaria Estadual de Saúde no município e a segunda roda de conversa (RE) Conhecendo a População LGBT em Cachoeirinha no mês de abril com o tema saúde e a terceira roda no mês de junho com o tema educação.

2 MÉTODO

O presente estudo tem por delineamento um relato de experiência sobre a vivência de uma prática de estágio de uma estagiária de Psicologia. Caracteriza-se por ser uma pesquisa de abordagem qualitativa, pela tentativa de compreensão de uma possível construção de identidade profissional a partir da participação em um grupo de trabalho, e de natureza básica por gerar novos conhecimentos, porém não trazendo exemplos práticos aplicáveis (Silveira & Córdova, 2009). Levantou-se os dados de participação e atuação do grupo no período de agosto à novembro do ano de 2018.

O GTI-M possui uma frequência mensal de reuniões que ocorrem no auditório do SAE do município, essas possuem em torno de uma hora e trinta minutos de duração. No período analisado contava com a participação mais assídua de uma assistente social, uma psicóloga e uma estagiária de psicologia do SAE, uma enfermeira da Vigilância Epidemiológica (VE) do município também discente da Faculdade Cesuca e uma cientista social consultora do Estado e apoio institucional do SAE. Foram um total de quatro encontros, que tiveram um cunho organizativo dos eventos que o grupo participou e/ou foi organizador, no espaço de tempo descrito. A seguir, minimamente são descritas as atividades do GTI-M, vivenciadas diretamente ou não pela acadêmica.

No mês de julho, o GTI-M foi convidado a participar da II Reunião ampliada do GT UNAIDS, sendo representado por três de suas integrantes. O espaço era destinado à troca de experiências inovadoras e de sucesso no combate da discriminação nos serviços que atendem as demandas de HIV/AIDS e escolheu no Rio Grande do Sul o I Seminário Zero Discriminação de Cachoeirinha de 2018 como uma delas.

Nos meses de junho e agosto, ocorreram as Rodas de Conversa destinadas ao público LGBT+ do município de Cachoeirinha/RS no auditório da Faculdade Cesuca, propondo o debate das temáticas educação e cultura, respectivamente, a fim de se compreender como essas pessoas vivenciam esses temas como eles impactam seu acesso aos serviços de saúde.

No mês de outubro, ocorreu o I Curso Multiplicadores da Promoção da Equidade na Saúde e Assistência com o tema geral “Fortalecendo a rede de atores sociais para ações de promoção da equidade em saúde : Saúde da População Negra” que tinha como público trabalhadoras da saúde pública municipal, docentes e sociedade civil, com duração de 8 horas. A partir de cinco palestras propôs pensar o acesso equânime à saúde, enfrentamento do racismo institucional, a criminalização dos corpos negros, a invisibilidade nos registros de saúde e a saúde da população negra por valores civilizatórios de Matriz Africana. No mês de novembro, foi organizado o primeiro Fórum: Fortalecendo a resposta social para a prevenção da sífilis na Faculdade CESUCA que foi pensado

como uma proposta de levar à sociedade civil e acadêmicas da instituição o alarmante quantitativo de casos de sífilis diagnosticados no ano de 2018 em Cachoeirinha/RS.

3 DISCUSSÃO

O espaço do curso de Multiplicadores da Promoção da Equidade na Saúde e Assistência focado na população negra propiciou um momento para que servidoras municipais de serviços de saúde pudessem repensar suas práticas a partir de uma ótica antirracista. Podendo (re)construir seu entendimento de racismo partindo do princípio que o mesmo se configura como componente estrutural da sociedade brasileira, fato esse que inevitavelmente repercutirá nas instituições, nos serviços e nas práticas profissionais, se não houverem momentos de autocrítica e debate acerca do tema, já que as pessoas que estarão compondo os serviços são produto e produtoras dessa sociedade preconceituosa.

Pode-se pensar também as Rodas de Conversa como um espaço em que os membros do GTI-M presentes, a partir das problematizações trazidas pelas pessoas LGBTQ+ que ali estavam, também puderam ter a oportunidade de rever seus posicionamentos e olhares, sendo instigados também a construir um posicionamento anti-lgbtfóbico em seus práticas profissionais e pessoais. Ambos os espaços configuram-se como momentos de rica aprendizagem para alguém que está construindo sua identidade profissional. Dentro da Psicologia é imprescindível que se tenha um acolhimento dos sujeitos sem julgamentos morais e pautados no código de ética da profissão, que tenciona a profissional a respeitar as diversidades e promover um espaço de aceitação e empoderamento, como também, a profissional da Psicologia é tencionada a posicionar-se politicamente à favor daqueles que são marginalizados e necessitam enfrentar diversas vulnerabilidades em seu cotidiano, essas que direta ou indiretamente estarão impactando na qualidade da saúde mental dessas pessoas.

Cabe salientar que as políticas públicas de saúde também estão atentas a esses aspectos e propõem um modelo de Prevenção Combinada que visa enxergar o sujeito de forma integral e tendo em mente que “populações específicas apresentam diferenças nos modos que são afetadas pelo HIV” (Ministério da Saúde, 2017). Pensando-se assim a proposta de dois grupos que dentro das ações com relação às políticas do HIV/AIDS deverão ter uma atenção maior das equipes, as populações chaves que são as pessoas privadas de liberdade, trabalhadoras(es) do sexo, gays e

homens que fazem sexo com homens (HSH), pessoas trans e pessoas que usam álcool e outras drogas e as populações prioritárias que são pessoas negras, indígenas, em situação de rua e jovens.

As competências do GTI-M Promoção da Equidade e as propostas desenvolvidas pelas participantes estão de acordo com os princípios fundamentais da profissão psicóloga, conforme o código de ética profissional do psicólogo. O segundo e terceiro princípios apontam que a psicóloga, no exercício de seu trabalho, deverá promover saúde e qualidade de vida daquelas pessoas que atender, seja a nível individual ou coletivo, contribuindo para que as mais diversas formas de discriminação e preconceito sejam eliminadas, bem como ser responsável socialmente (Conselho Federal de Psicologia, 2005).

A participação no grupo é um potente espaço de formação, ser ativa na construção e organização de eventos, ter vivência no trabalho em rede e com profissionais de diversas áreas e especialidades, é um facilitador no desenvolvimento de habilidades para o aprendizado do trabalho em equipe e multiprofissional e da importância da articulação de uma rede no fazer Psi, e de uma visão biopsicossocial. Entendendo que diversos fatores influenciam a prática profissional e as pessoas a serem atendidas. Sendo a inserção em um espaço de troca com profissionais, em sua maioria trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS), comprometidas em colocar em prática as diretrizes que embasam esse sistema, formalizados na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90), do direito universal à saúde, a equidade e o atendimento integral à saúde (Barata, Tanaka e Mendes, 2004), propiciam o desenvolvendo de um senso ético e a percepção da importância do comprometimento profissional no desempenho e melhora dos serviços.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As profissionais de saúde envolvidas na construção do GTI-M Promoção de Equidade reforçam a necessidade de se achar maneiras inovadoras dentro dos serviços para a efetiva prática dos princípios que norteiam o SUS e norteiam também os serviços especializados. Destaca-se, dentre esses princípios, o da equidade, que propõe se pensar as usuárias que acessam esses espaços nas suas singularidades para que os atendimentos sejam o mais eficazes possíveis e contemplem as usuárias de forma biopsicossocial. É imprescindível ter em mente que cada sujeito tem suas demandas específicas que devem ser respeitadas e validadas, os atendimentos devem ser capazes de acolher as necessidades de todas. Aquelas que precisam de maior atenção das profissionais devem

recebê-la, não de forma a desenvolver discriminações, mas sim diminuir desigualdades que permeiam questões sociais e culturais que irão influenciar nos serviços, pois como já citado as discriminações sociais são refletidas nas instituições.

Portanto, o grupo de trabalho descrito ao longo do relato se apresenta como uma acessível e útil ferramenta para tirar as servidoras de uma rotina de trabalho que muitas vezes, em virtude de uma sobrecarga de demandas, pode não dar espaço para a autocrítica e reflexão sobre a eficácia dos serviços, promovendo um espaço de debate e troca que resultarão em aperfeiçoamento dos atendimentos prestados à população. E indo além do espaço grupal, replicando o debate para outros locais, entendendo que o GTI-M deve ter caráter de multiplicador no espaço que está inserido.

Como estagiária, estar inserida no desenvolvimento do grupo e de todas as atividades propostas pelo mesmo é uma experiência que amplia o horizonte do fazer Psicologia, que por muitas vezes durante a graduação pode parecer limitado em virtude de uma grade curricular, que apesar da vasta ampliação do campo de trabalho nos últimos anos, ainda está limitada e focada em uma prática clínica. Cabe pontuar que de maneira alguma a crítica exposta pretende diminuir a importância da prática psicoterapêutica da clínica individual, pois a mesma é inegável, mas sim trazer incômodos e o tensionamento de que os espaços de ensino devem se aproximar mais dos exercícios contemporâneos dentro da categoria que têm cada vez mais se diversificado.

REFERÊNCIAS

- Barata, L. R. B., Tanaka, O. Y. & Mendes, J. D. V. (2004). *Por um processo de descentralização que consolide os princípios do Sistema Único de Saúde*. Epidemiologia e Serviços de Saúde. Volume 13 - Nº 1.
- Brasil, Ministério da Saúde, *PORTARIA CONJUNTA N 1, DE 16 DE JANEIRO DE 2013*. Altera na Tabela de Serviço Especializado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), o Serviço 106 - Serviço de Atenção a DST/HIV/Aids, e institui o Regulamento de Serviços de Atenção às DST/HIV/Aids, que define suas modalidades, classificação, organização das estruturas e o funcionamento.
- Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das

- Hepatites Virais. (2017) *Prevenção Combinada do HIV: Bases conceituais para profissionais, trabalhadores(as) e gestores(as) de saúde*.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social. (2017). *Relatório final do grupo de trabalho interinstitucional - (GTI) para propor o aperfeiçoamento das rotinas de verificação cadastral e de revisão do benefício de prestação continuada BPC*.
- Camargo, L. A., Capitão, C. G., & Filipe, E. M. V. (2014). Saúde mental, suporte familiar e adesão ao tratamento: associações no contexto HIV/Aids. *Psico-USF*, 19(2), 221- 232.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). *Referências técnicas para a atuação do(a) psicólogo(a) nos Programas de DST e aids*.(2008) Conselho Federal de Psicologia (CFP). – Brasília
- Conselho Federal de Psicologia. *Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005*. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: <http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/codigo_etica.pdf>.
- Decreto nº. 6373, de 19 de Dezembro de 2017 Instituiu o Grupo de Trabalho Interdisciplinar Municipal (GTI-M) da Política de Promoção da Equidade e Revoga o Decreto nº 6361 de 2017”. Prefeitura Municipal de Cachoeirinha. Ano V – Edição 1.140a Quarta-feira, 20 de dezembro de 2017.
- Garrido, P. B. et al. (2007). *Aids, estigma e desemprego: implicações para os serviços de saúde*. Revista de Saúde Pública, 41(2), 71-79.
- Silveira, D. T. & Córdova, F.P. (2009). Métodos de pesquisa. (Orgs). Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. *A pesquisa científica: contribuições de Denise Tolfo Silveira e Fernanda Peixoto Córdova*. (pp. 31-42). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Lemos, P.M. & Cavalcante, F.S. (2009). *Psicologia de orientação positiva: uma proposta de intervenção no trabalho com grupos em saúde mental*. Ciênc. saúde coletiva.vol.14, n.1, pp.233-242. ISSN 1413-8123.
- Osorio, L.C. (2008). *Grupoterapia: abordagens atuais*. Porto Alegre: Artmed.
- UNAIDS Brasil. Zero Discriminação. Disponível em: http://unaid.org.br/zero_discriminacao/. Acesso em novembro de 2018.
- UNAIDS Brasil. Declaração de Paris. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Paris-PORT-1.pdf> . Acesso em novembro de 2018.

UNAIDS Brasil. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/agencia/un aids/> . Acesso em novembro 2018.

Zimmerman, D. E. (2007). *Fundamentos básicos das grupoterapias*. (2. ed.). Porto Alegre: Artmed.